



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
GERÊNCIA DE AUDITORIA**

**Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício de 2014
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG -MD)**

SETEMBRO/2015

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|----|
| 1. | DA INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. | DOS RESULTADOS DOS EXAMES | 3 |
| 2.1. | AVALIAÇÃO DAS PEÇAS COMPONENTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS..... | 3 |
| 2.2. | AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA GESTÃO | 4 |
| 2.2.1. | Planejamento da Unidade | 4 |
| 2.2.2. | Execução Orçamentária | 10 |
| 2.3. | AVALIAÇÃO DOS INDICADORES INSTITUÍDOS PELA UNIDADE PARA AFERIR O DESEMPENHO DA GESTÃO | 23 |
| 2.4. | AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE..... | 24 |
| 3 | DA CONCLUSÃO | 25 |



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
GERÊNCIA DE AUDITORIA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 071/2015/GEAUD/CISSET-MD

Tipo de Auditoria: Avaliação de Gestão
Exercício: 2014
Unidade Auditada: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD)
Código da UG: 110662
Cidade: Brasília-DF

Senhor Gerente,

Em cumprimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 01/2015/Geaud/Ciset-MD, de 4/3/2015, apresentamos os resultados dos exames realizados com a finalidade de avaliar os atos de gestão praticados pelos dirigentes da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD), no período compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

1. DA INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram realizados na sede do Ministério da Defesa, em Brasília-DF, no período compreendido de 20 a 31/7/2015, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem assim com as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 140, de 15/10/2014, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos trabalhos, procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos competentes atos de gestão, assim como na consolidação das informações coletadas ao longo do exercício em referência.

A estrutura do presente relatório observa a sequência dos assuntos propostos no Anexo IV da Decisão Normativa nº 140/2014, do Tribunal de Contas da União, em cujos tópicos contemplam tão somente os quesitos aplicáveis à unidade examinada.

2. DOS RESULTADOS DOS EXAMES

2.1. AVALIAÇÃO DAS PEÇAS COMPONENTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em cumprimento ao disposto no item 1 do Quadro 1 do Anexo IV à Decisão Normativa TCU nº 140, de 15/10/2014, examinamos a conformidade das peças elaboradas pela SG/MD, constantes da prestação de contas, à vista das disposições contidas nos incisos I e II do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, tendo verificado que o rol de responsáveis (inciso I) atende aos requisitos exigidos nos arts. 10 e 11 da aludida instrução normativa.

No que concerne ao relatório de gestão, tendo como referência as exigências contidas nos Anexos II e III da Decisão Normativa TCU nº 134, de 4/12/2013, bem assim as orientações contidas na Portaria TCU nº 90, de 16/4/2014, verificamos que as peças contemplam os conteúdos e observam os formatos exigidos nos normativos, exceto em relação aos seguintes

aspectos:

- i) ausência de análise crítica no tocante à qualidade e suficiência dos controles internos da SG, de descrição acerca da metodologia utilizada pelo gestor para avaliar as ações propostas, bem assim de identificação das áreas envolvidas na tarefa, em cumprimento ao exigido na alínea *d* do subitem 2.4 do Anexo Único à Portaria TCU nº 90/2014;
- ii) ausência de informação no documento que trata do planejamento da unidade sobre os riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos, bem assim das táticas adotadas para superá-los, ferindo, por conseguinte, as disposições contidas no subitem 5.1 do Anexo Único à Portaria TCU nº 90/2014;
- iii) ausência do quadro de identificação dos objetivos, em desacordo com o previsto no subitem 5.2.2 do Anexo Único à Portaria TCU nº 90/2014;
- iv) ausência, na análise situacional dos objetivos, de informações relativas à execução das metas, frente aos resultados fixados no PPA 2012-2015, em cumprimento ao contido no subitem 5.2.2.1 do Anexo Único à Portaria TCU nº 90/2014; e
- v) inconsistência entre os valores apresentados no relatório de gestão, nos quadros relativos aos programas temáticos, e os registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e na Lei nº 12.952, de 20/1/2014 (LOA/2014 – Anexo IV).

2.2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA GESTÃO

Neste tópico, em atendimento ao disposto no item 2 do Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 140, avaliamos a gestão dos recursos orçamentários colocados à disposição do Ministério da Defesa, no exercício de 2014, assim como o cumprimento das metas institucionais da unidade, cuja apresentação, em relação aos programas temáticos, bem assim a análise situacional dos objetivos, na forma exigida nos subitens 5.2 e 5.2.2 do Anexo Único à Portaria TCU nº 90/2014, compete à Secretaria-Geral.

O trabalho foi realizado por meio da análise da documentação disponibilizada pela SG/MD, tais como o Relatório de Gestão e o Plano de Trabalho Anual (2014), dos expedientes de respostas fornecidas pela unidade, em função de solicitações de auditoria, além dos dados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

2.2.1. Planejamento da Unidade

Compete à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (Decreto nº 7.974/2013, Anexo I, art. 24, incisos I e II), entre outras atribuições, “*assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes*” e “*coordenar as atividades das secretarias, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados*”, além da incumbência de elaborar o Plano Estratégico de Defesa (PED).

De acordo com o informado pelo gestor¹, no exercício foco da análise, a unidade

¹ Relatório de Gestão, pág. 29.



elaborou o Plano de Trabalho Anual 2014 (PTA-2014), o qual guarda as características de plano operacional, tendo por finalidade responder ao desafio de aprimorar os “*mecanismos de planejamento e de coordenação existentes*” e de implementar “*novas ferramentas de gestão*”, estando o Plano Estratégico de Defesa (PED) com conclusão prevista para o ano de 2015 em curso.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos informações detalhadas, relativamente ao estágio de desenvolvimento do planejamento estratégico do Ministério da Defesa, bem assim acerca do Plano de Trabalho Anual 2014.

a) Planejamento de Longo Prazo

No intuito de avaliar a gestão de longo prazo do Ministério da Defesa, bem como complementar a informação consignada no relatório de gestão da unidade, no tocante ao assunto, por meio da Solicitação de Auditoria nº 01.03/2015-Geaud/Ciset-MD, de 8/7/2015, requisitamos da SG-MD a apresentação de esclarecimentos acerca do atual estágio de implantação do Planejamento Estratégico de Defesa e do cronograma de execução do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped), a qual, em resposta, por meio do Memorando nº 108/Asplan-MD, de 14/7/2015, informou, textualmente, o seguinte:

Quanto ao atual estágio de implementação do Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, o SISPED possui seis documentos, a saber:

- a) O Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) — Método, aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, que se encontra em vigor. É o documento que estabelece as normas gerais do Sistema;
- b) A Política Nacional de Defesa, que está em processo de atualização, e será enviada ao Congresso Nacional até junho de 2016, conforme prescreve a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010;
- c) A Estratégia Nacional de Defesa, em situação idêntica à da Política mencionada na alínea anterior;
- d) A Política Setorial de Defesa, que está em processo de validação interna;
- e) A Estratégia Setorial de Defesa, em situação idêntica à da Política mencionada na alínea anterior; e
- f) O Plano Estratégico de Defesa — Manual de Elaboração, em situação idêntica a da Estratégia mencionada na alínea anterior.

Quanto ao Cronograma de Implementação do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), conforme informado no item anterior, o SISPED possui documentos já em vigor e em processo de atualização; e outros em validação pelos diversos setores envolvidos, o que condiciona o cronograma de implementação.

De acordo com o informado no relatório de gestão, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, via sistema e-Contas, como peça da prestação de contas da Secretaria-Geral, ora objeto de certificação, os procedimentos atinentes à elaboração do Plano Estratégico da Defesa tem conclusão prevista para o exercício de 2015 em curso.

Observa-se, dos esclarecimentos prestados, que a Secretaria-Geral vem envidando esforços no sentido de concretizar o planejamento do Ministério, de forma a torná-lo uma ferramenta efetiva de gestão, providência essa não refletida no relatório de gestão da unidade. Não obstante, dado o caráter genérico da resposta retrotranscrita, solicitamos do gestor que apresentasse informações detalhadas sobre as realizações efetivamente concretizadas e indicasse as etapas faltantes para a consolidação do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa

(SISPED), tendo a SG-MD, em resposta, manifestando-se nos seguintes termos²:

Planejamento de Longo Prazo - o estágio atual de implantação do planejamento estratégico de defesa, bem como o respectivo cronograma de execução do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), encontra-se - tal qual declarado por meio da Solicitação da Auditoria n. 01.03/2015 – Geaud/Ciset-MD, de 08/07/2015 - em fase de desenvolvimento e contínuo, coletivo e cumulativo aperfeiçoamento institucional.

Quanto ao SISPED - Método, aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD de 08/01/2015, está estruturado em cinco fases: Análise, Formulação da Política e Estratégia Nacionais, Formulação da Política e Estratégia Setoriais e Formulação de Planos. Delas resultam os seguintes produtos, a saber:

- i. Análise: método de construção de cenários e o documento (cenário) *Defesa 2035 - Visão Prospectiva*. A primeira versão deste documento está concluída e encontra-se em fase final de homologação interna pelo MD, a ser classificado, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), como documento reservado e controlado;
- ii. Formulação da Política e Estratégia Nacionais: Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa;
- iii. Formulação da Política e Estratégia Setoriais: Política Setorial de Defesa e Estratégia Setorial de Defesa;
- iv. Formulação de Planos: Manual de Elaboração do Plano Estratégico de Defesa e o próprio Plano Estratégico de Defesa (PED).

Como se vê, trata-se de sistema de planejamento estratégico concebido para atender aos processos de formulação estratégica do Ministério da Defesa e respectiva organização administrativa interna para fins de orientação quanto à priorização e implementação das ações de gestão necessárias à concretização dos objetivos e metas da Defesa, mormente aqueles e aquelas convertidos e migrados para o atual Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e, quadrienalmente, seus subsequentes.

Porquanto meritório e necessário ao estágio atual de maturidade institucional do MD, sabe-se que se trata de processo organizacional complexo, cujo ritmo de desenvolvimento e implantação depende de uma série de fatores de natureza tecnopolítica. Em particular, depende do grau de aderência da proposta organizativa contida e sugerida pelo SISPED - Método, relativamente às orientações estratégicas da alta direção do Ministério da Defesa, bem como às reais capacidades e recursos institucionais disponíveis a cada momento situacional da organização.

Tudo somado, tem a atual gestão do MD consciência acerca da pertinência do método proposto pelo SISPED, cujo primeiro ciclo completo de processos e produtos finda em 2015, mas também clareza acerca da necessidade de aperfeiçoamentos metodológicos e operacionais com vistas ao segundo ciclo que se abrirá para o SISPED a partir de 2016. Assim, com o intuito de buscar maior simplificação e institucionalização interna em torno dos processos e produtos a serem renovados e atualizados no futuro próximo, é que a atual gestão do MD, e neste quesito em particular, a Asplan/MD, trabalhará.

Quanto à Política Nacional de Defesa (PND), trata-se de processo em atualização, perfeitamente dentro do cronograma previsto pelo SISPED, cujo desfecho dar-se-á até junho de 2016, conforme prescreve a Lei Complementar n. 136 de 25 de agosto de 2010, não havendo, portanto, nada mais a acrescentar.

² Memorando nº 209/SG-MD, de 9/9/2015.



Quanto à Estratégia Nacional de Defesa (END), a situação é idêntica à da PND mencionada na alínea anterior.

Quanto à Política Setorial de Defesa (PSD), havendo sido finalizada e seu processo de tramitação interna concluído e validado em agosto de 2015, está em processo de homologação interna, após o que será submetida à apreciação do Sr. Ministro da Defesa até o final do presente ano.

Quanto à Estratégia Setorial de Defesa (ESD), a situação é idêntica à da PSD mencionada na alínea anterior.

Quanto ao Plano Estratégico de Defesa - Manual de Elaboração, há minuta concluída, em fase de validação interna, prevista para dezembro de 2015. Em paralelo, será iniciada a elaboração de versão-piloto do Plano, visando testar e adequar suas funcionalidades e sua concepção metodológica, respeitadas as observações e condicionantes apresentadas acima na alínea "a" com relação ao SISPED como um todo.

Além das informações retrotranscritas, o gestor encaminhou documentos intitulados “*Defesa 2035 – Visão Prospectiva*” e “*Política e Estratégia Setoriais de Defesa*”, os quais deverão subsidiar a composição do plano estratégico do Ministério da Defesa. O primeiro avalia, de forma breve, aspectos conjunturais e estruturais que poderão afetar a segurança e a defesa nacional; e, o segundo, como indica o título, contempla aspectos sobre a política e a estratégia setoriais de defesa. Em suma, os documentos apresentados pela Secretaria-Geral corroboram as informações trazidas pelo gestor e demonstram que a unidade vem envidando esforços para dotar o MD de um plano que norteie suas ações para o alcance de metas estratégicas.

b) Planejamento Operacional para o Exercício de 2014

De acordo com o gestor³, o trabalho de concepção e de preparação do PTA-2014 — idealizado como “*elemento indutor do pensamento de gestão estratégica*”, bem assim focado “*no aprimoramento da gestão e na consolidação de resultados*” — foi norteado, entre outras, pela diretriz transcrita a seguir, estabelecida para a SG em 2014:

Planejar, organizar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com as competências da Secretaria-Geral, no intuito de dotar a estrutura organizacional do Ministério da Defesa de condições para o cumprimento de sua missão, diante da realidade atual e dos desafios impostos.

No que diz respeito à estrutura, verificamos que o PTA-2014 está dividido em quatro tópicos, a saber: 1 – Sumário Executivo dos Projetos, tendo por finalidade evidenciar o “alinhamento” dos projetos selecionados com os macroprocessos da administração central do MD; 2 – Sumário das Atividades por Processo, no qual são discriminados, por macroprocesso, as atividades, os eventos e os gestores por eles responsáveis; 3 – Governança do Plano, que se subdivide em Estrutura de Governança (3.1), Avaliação e Monitoramento (3.2) e Mecanismos de Avaliação (3.3); e 4 – Síntese da Metodologia do Plano.

Conforme estabelece a doutrina, em particular a publicação Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira⁴, o planejamento governamental deverá abranger os objetivos e metas, os meios de realização (atividades e recursos) e os meios de avaliação e de controle.

Da análise do PTA-2014, sob este enfoque técnico, percebe-se que o plano operacional da Secretaria-Geral demonstra compatibilidade entre os projetos selecionados para implementação (com seus respectivos produtos) e os processos finalísticos por ela definidos; lista as atividades a serem executadas ao longo do exercício, seus respectivos gestores e o

³ PTA-2014, Apresentação, pág. 11.

⁴ Tribunal de Contas da União — Instituto Serzedello Corrêa, março/2012, disponível em www.tcu.gov.br.

período dentro do qual essas atividades devem ser concluídas; define os “atores” envolvidos na “governança” do plano e, por fim, descreve os mecanismos de monitoramento e avaliação. Registre-se, no entanto, que o referido plano não contém avaliação de riscos, bem como a estimativa dos recursos necessários à execução das atividades nele previstas.

A análise do documento revela ainda a existência de inconsistência, qual seja: previsão, entre os Processos de Suporte do item 1 (Sumário Executivo dos Projetos) do PTA, dos projetos 8.5 – Edifício Sede do Censipam e 8.6 – Recursos Humanos do Censipam, cujos produtos almejados não estão inseridos nas atividades relacionadas no item 2 (Sumário das Atividades por Processo), concernentes ao citado processo.

No que concerne ao monitoramento, o subitem 3.2 do PTA-2014 estabelece que a avaliação de desempenho do plano será “*um processo dinâmico e incremental de análise institucional valendo-se de indicadores dos projetos e processos*” e envolverá:

- i) a comparação do desempenho real com o planejado;
- ii) o acompanhamento do desempenho das atividades e dos processos;
- iii) a avaliação da necessidade de ações corretivas e preventivas;
- iv) o monitoramento dos riscos e a adequada aplicação das respostas planejadas;
- v) o fornecimento das informações sobre a situação atual e futura de projetos; e
- vi) a gestão das modificações nos portfólios, abrangendo a inclusão, o cancelamento e a suspensão de projetos.

Não obstante, o PTA-2014 não contém instrumento de avaliação de riscos nem informação sobre os indicadores instituídos com a finalidade de monitorar o desempenho do plano, o que fragiliza o planejamento e seu processo de monitoramento. Aliás, no que diz respeito aos indicadores, considerando que o relatório de gestão da Secretaria-Geral não contempla o conteúdo exigido no subitem 5.4 (Planejamento da Unidade — Resultado dos indicadores de desempenho) da DN TCU nº 134/2013, poder-se-ia inferir que a unidade, no decorrer do exercício em referência, não contou com tal ferramenta.

Instado a manifestar-se acerca dos indicadores utilizados para monitorar o desempenho da execução do PTA-2014, dos riscos identificados e seus respectivos mecanismos de controle administrativos adotados, o gestor assim se pronunciou:

Os projetos constantes do PTA-2014 foram gerenciados e tiveram seus resultados monitorados utilizando metodologia (GPJ) análoga ao Manual de Gestão de Projetos do Tribunal de Contas da União. Assim, para cada iniciativa foi elaborado o seu respectivo Plano de Projetos contendo sua matriz de risco, seu escopo e cronograma físico, a partir do qual, por meio da ferramenta MS Project, foi acompanhado o indicador de prazo. Todos os projetos foram monitorados de forma integrada pelo Núcleo de Escritório de Processos e Projetos (NuEPP), responsável pela Gestão de Portfólio de Projetos do MD.

Como parte de um processo contínuo de melhoria, estão sendo estruturados novos indicadores com previsão de implementação até o final do corrente ciclo visando adequar as diretrizes que estão sendo propostas pela atual Gestão do MD.

Conclui-se do exposto, que a Secretaria-Geral vem adotando medidas buscando adequados procedimentos de gestão, bem assim o cumprimento de sua missão institucional de assistir o Ministro de Estado da Defesa, na definição de diretrizes e coordenação das atividades das unidades da Pasta Ministerial, e de elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED).

Considerando a ausência, no relatório de gestão, de informação no tocante ao assunto, bem como a falta, no PTA 2014, de análises de risco e a estimativa dos recursos necessários à execução das atividades nele previstas, promovemos visita ao setor responsável da Secretaria-Geral tendo constatado que os projetos descritos no PTA são detalhados no MS Project na

condição de planejamento individual, nele constando, à exceção da estimativa de recursos, todos os demais elementos técnicos que caracterizam um plano operacional. O referido sistema disponibiliza, inclusive, gráfico que demonstra o índice de execução de cada projeto.

A respeito assunto, cumpre registrar que, em nossa avaliação, embora ainda carecendo de aperfeiçoamento, a atual sistemática adotada pela Secretaria-Geral deste Ministério vai ao encontro da doutrina preconiza como boa prática de gestão.

Notificado⁵ a apresentar relatório de avaliação do cumprimento das atividades e eventos previstos no plano de trabalho, a SG disponibilizou⁶, para fins de avaliação da auditoria, o documento intitulado Relatório Final de Monitoramento PTA-SG 2014, datado de 10/11/2014.

Nas avaliações promovidas, verificamos que o referido instrumento contempla relato dando conta de que o acompanhamento das atividades planejadas se deu por meio de reuniões de monitoramento de projetos e de avaliação setorial, realizadas com frequência bimestral, buscando coletar, “*diretamente das gerências responsáveis*”, as informações relativas à implementação das iniciativas; com frequência trimestral, e, ainda, por meio de reuniões de avaliação setorial, coordenada pelo Núcleo do Escritório de Processos e Projetos (NuEPP), visando “*apresentar a alta direção da Secretaria-Geral a situação individual de cada projeto e o andamento global do PTA*”.

Chamado a apresentar as atas das reuniões de acompanhamento de projeto e de avaliação setorial, realizadas ao longo do exercício, a administração da Secretaria-Geral assim se posicionou:

Durante as reuniões de monitoramento as informações sobre os projetos (marcos, cronogramas, responsabilidades, evolução percentual e metas) foram registradas no sistema MS Project. Assim, o Relatório de Visão do Projeto era discutido e avaliado entre os participantes (dirigentes setoriais, gerentes de projeto e representantes do NuEPP), sendo as deliberações registradas no sistema ainda durante as reuniões.

O MS Project permite avaliar a porcentagem da execução do projeto, principais atividades a serem realizadas, principais marcos, e ainda, possíveis atrasos ocorridos no projeto.

De fato, em visita *in loco*, verificamos que a unidade, apesar de não dispor de atas, vem registrando, no MS Project, as discussões havidas por ocasião das reuniões de monitoramento dos projetos, bem assim incorporando os *slides* das apresentações promovidas pelos participantes das reuniões incorridas, além de outras considerações relevantes ao andamento dos projetos, o que, em nosso entender, ratifica o contido na manifestação da administração da SG, antes transcrita.

O sobredito documento resume, também, a situação de cada um dos projetos previstos no PTA-2014, bem assim contempla, em sua conclusão, análise sucinta da situação geral encontrada e, ainda, sugestões de destino para os projetos “*interrompidos por impossibilidade de implementação*” e os “*em execução*”.

No quadro a seguir, elaborado a partir dos dados contidos no Relatório Final de Monitoramento PTA-SG 2014, apresentamos a situação encontrada, relativamente aos projetos monitorados:

| Situação do Projeto | Número de Projetos | Situação/Total (%) |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| Concluído | 13 | 31,7 |
| Em andamento | 23 | 56,1 |
| Interrompido | 5 | 12,2 |
| Total | 41 | 100,0 |

⁵ Solicitação de Auditoria nº 02.03/2015/Geaud/Ciset-MD, de 22/7/2015.

⁶ Memorando nº 191/SG-MD, de 13/8/2015.

Não obstante, o relatório final não contempla análise baseado em dados fornecidos por indicadores e também não demonstra a aplicação das seis ferramentas previstas no subitem 3.2 do PTA-2014, anteriormente transcritas (incisos *i a vi*).

Assim, solicitamos da administração da SG informar quais dos instrumentos de acompanhamento, previstos no PTA, que efetivamente foram utilizados no decorrer de 2014, bem assim apresentar a respectiva documentação de suporte, tendo em resposta recebido os seguintes esclarecimentos:

O MS Project é a ferramenta utilizada pelo MD e sua utilização está voltada para as ações de planejar e acompanhar a execução de projetos, além de permitir o controle de custos, recursos e prazos.

A execução dos projetos foi realizada conforme previsto nos respectivos Planos de Projeto. As atualizações da execução de cada projeto no MS Project foram feitas à medida que o trabalho foi sendo desenvolvido, servindo como registro de documentação da gestão.

O DEPTI está adequando sua infraestrutura, o que permitirá o início do processo de implementação de uma versão corporativa *on line* da ferramenta. Esta ação aumentará a capacidade de acompanhamento e propiciará maior agilidade à Alta Direção do MD na tomada de decisões.

Também nesse caso, em exame *in loco*, com o objetivo de avaliar os dados registrados no MS Project, verificamos que o sistema é usado como instrumento do acompanhamento previsto no PTA, estando nele registrados o plano de cada um dos projetos e os dados decorrentes de seu monitoramento.

2.2.2. Execução Orçamentária

No que concerne à programação orçamentária e financeira, a Secretaria-Geral informou⁷ que o Ministério da Defesa foi contemplado com recursos dos programas temáticos 2046 – Mar, Zona, Costeira e Antártida, 2055 – Desenvolvimento Produtivo, 2057 – Política Externa e 2058 – Política Nacional de Defesa, cujos dados sobre sua execução, apresentados pelo gestor, estão resumidos no Quadro I:

Quadro I — Execução Orçamentária e Financeira

| Programa | LOA (R\$) | Crédito Disponível (R\$) | Empenhado (R\$) | Liquidado (R\$) | Realização Orçamentária (%) |
|----------|-------------------|--------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|
| 2046 | 86.539.640,00 | 67.050.000,00 | 15.434.949,10 | 12.599.072,11 | 18,8 |
| 2055 | 22.206.338.783,00 | 105.813.000,00 | 6.174.795.752,67 | 5.876.574.887,30 | 5553,7 |
| 2057 | 1.261.083.215,00 | 290.326.973,00 | 1.185.310.545,82 | 1.093.931.032,87 | 376,8 |
| 2058 | 16.004.010.678,00 | 15.939.535.482,00 | 13.684.521.374,66 | 9.407.137.222,16 | 59,0 |

Fonte: Relatório de Gestão

No entanto, nos levantamentos realizados na LOA/2014, no Siafi e no Siop⁸, relativamente aos valores da execução orçamentária do Ministério da Defesa (órgão 52000), obtivemos os resultados demonstrados no Quadro II, os quais, exceto com relação aos valores apresentados na coluna crédito disponível, divergem daqueles informados pelo gestor:

Quadro II — Execução Orçamentária e Financeira

| Programa | LOA (R\$) | Crédito Disponível (R\$) | Empenhado (R\$) | Liquidado (R\$) | Realização Orçamentária (%) |
|----------|-------------------|--------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|
| 2046 | 67.050.000,00 | 67.050.000,00 | 12.976.077,56 | 11.288.485,22 | 16,8 |
| 2055 | 105.813.000,00 | 105.813.000,00 | 113.574.760,22 | 68.814.600,72 | 65,0 |
| 2057 | 300.000.000,00 | 290.326.973,00 | 255.678.721,23 | 195.726.594,45 | 67,4 |
| 2058 | 14.750.811.695,00 | 15.939.535.482,00 | 13.672.481.155,47 | 9.399.394.706,50 | 59,0 |

Fonte: Siafi, Siop e LOA/2014.

A Lei nº 12.952, de 20/1/2014 (LOA/2014), consignou para o programa 2046 a dotação

⁷ Relatório de Gestão, pág. 30 a 64.

⁸ Segundo o gestor, são estas as fontes dos dados apresentados no Quadro I.



de R\$ 86.539.640,00, sendo R\$ 67 milhões destinados ao Ministério da Defesa e o restante, da ordem de R\$ 19,5 milhões, aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Meio Ambiente e das Minas e Energia.

Com relação ao cumprimento dos objetivos previstos nos programas 2055, 2057 e 2058, a mencionada lei orçamentária reservou, respectivamente, R\$ 5.988.419.811,00, R\$ 1.020.334.242,00 e R\$ 14.750.811.695,00, sendo que desses foram destinados ao Ministério da Defesa dotações listadas na segunda coluna (LOA) do Quadro II supra, o qual, ressaltamos, contempla os totais registrados no Siafi⁹ e no Siop, relativamente aos valores empenhados e liquidados no exercício de 2014. Ressalte-se, ainda, que os valores apresentados pelo gestor, consignados nas colunas “empenhado” e “liquidado” (Quadro I), superam, em parte, os respectivos montantes consignados na coluna “Crédito Disponível”.

Assim, em face da falta de informação quanto ao procedimento utilizado pelo gestor para a coleta dos valores apresentados em seu relatório de gestão (reproduzidos no Quadro I antecedente), que, segundo o gestor, levou em consideração as mesmas fontes de pesquisas adotadas em nossos exames, solicitamos à administração da SG-MD que esclarecesse a metodologia utilizada para o levantamento daqueles dados, de modo a dirimir dúvida em relação aos recursos efetivamente aplicados à conta dos programas em referência, tendo em resposta recebido os esclarecimentos transcritos a seguir:

Com relação ao Quadro 1 reproduzido acima, esclarecemos que:

- a) A coluna LOA (R\$) refere-se aos valores totais previstos para o exercício de 2014, englobando tanto valores previstos para os Programas na LOA como para outras fontes (extraorçamentárias); ademais, os valores referem-se a todos os órgãos que possuem participação no Programa e não apenas ao Ministério da Defesa.
- b) A coluna Crédito Disponível (R\$) refere-se apenas aos valores previstos na LOA 2014 consignados ao Ministério da Defesa (descrição do campo Dotação OFSS do item 5.2.1. da Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).
- c) As colunas Empenhado (R\$) e Liquidado (R\$) apresentam o montante da despesa orçamentária empenhada e liquidada por todos os órgãos que possuíam dotações consignadas nos respectivos programas, e não apenas os montantes referentes à execução orçamentária e financeira do Ministério da Defesa.
- d) A coluna Realização orçamentária (%) relaciona despesas liquidadas de todos os órgãos do Governo Federal detentores de ações nos Programas (coluna Liquidado (R\$)) às despesas previstas na LOA 2014 referentes ao Ministério da Defesa (Coluna Crédito Disponível (R\$)), o que explica a anormalidade apontada no questionamento.

A respeito da metodologia utilizada para o levantamento dos valores, esclarecemos que os quadros constantes do Relatório de Gestão seguem as definições do item 5.2.1 da Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014 (pg. 46-48).

Os quadros apresentados tiveram como fonte relatórios pré-formatados e disponibilizados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (“Relatório de Gestão TCU - Programa”, disponível no módulo de monitoramento, item relatórios, para o perfil Gestão PPA), gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esses relatórios também tiveram como base as definições da Portaria-TCU já mencionada. Em anexo, constam os quadros extraídos do SIOP e utilizados na elaboração do Relatório de Gestão.

No que tange à dúvida sobre os recursos efetivamente aplicados à conta dos programas em referência, anteriormente foi explicado que a execução

⁹ Transação Consultorc, posição dez/2014, opções 1, 4, 5 e 6, órgão 52000.

orçamentária e financeira apresentada refere-se a todos os órgãos que possuem recursos alocados no programa, e não apenas à execução das dotações consignadas ao Ministério da Defesa. A título de esclarecimento, no próximo item é apresentado quadro contendo os recursos efetivamente aplicados pela Defesa à conta dos programas em referência.

A forma de apresentação utilizada no Relatório de Gestão está de acordo com o Item 5.2.1 Programa Temático da Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

As informações apresentadas pela administração justificam os dados apresentados em seu relatório de gestão, reproduzidos no Quadro I do presente relatório. De fato, o subitem 5.2.1 da Portaria TCU 90/2014 menciona que os valores relativos ao programa temático “*devem abranger a integralidade dos recursos direcionados ao programa*”. Dessa forma, damos como dirimida a dúvida suscitada por ocasião de nossos exames.

Tomando como referência os dados compilados no Quadro II, cumpre esclarecer que, no caso do programa 2046 (Mar, Zona, Costeira e Antártida), consta como bloqueado para controle interno da unidade a quantia de R\$ 43.195.259,72, o que, em parte, justifica a distância entre o crédito aprovado na LOA/2014 e o montante empenhado. Nesse cenário, o índice de execução orçamentária da unidade atinge o patamar de 54,4%.

A análise dos dados revela, ainda, que o Ministério da Defesa (órgão 52000) obteve baixo índice de execução orçamentária, posto que o maior deles alcançou o equivalente a 67% dos recursos disponibilizados e o menor, 54%, quadro sobre o qual o relatório de gestão da unidade não contempla as motivações.

O relatório de gestão também silencia sobre o nível de cumprimento das metas fixadas no PPA 2012-2015, em relação ao MD, muito embora descreva as atividades desenvolvidas no decorrer do exercício para cada um dos objetivos de responsabilidade da Pasta Ministerial.

Nos quadros seguintes, apresentamos as metas previstas no PPA 2012-2015, vinculadas aos objetivos dos programas 2046, 2055 e 2058, cujos dados de execução, em sua maioria, não consta informação no relatório de gestão da unidade auditada. Ressalte-se que o cumprimento dos objetivos relacionados ao programa 2057 – Política Externa encontra-se a cargo do Ministério das Relações Exteriores, daí sua exclusão da presente apresentação.

Programa: 2046 - Mar, Zona, Costeira e Antártida

| Objetivo | Meta PPA | Execução 2014 | Execução 2012-2014 |
|---|---|---------------|--------------------|
| 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. | Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas. | Não informado | 50 |
| | Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano. | Não informado | Não informado |
| 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais. | Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar. | Não informado | Não informado |
| | Ampliar para 40 o número de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha. | Não informado | Não informado |
| | Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar. | Não informado | Não informado |
| | Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas). | Não informado | Não informado |
| 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas. | Ampliar para 40 o número médio de dispositivos fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil. | Não informado | Não informado |
| | Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação. | Não informado | Não informado |
| | Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação | Não informado | Não informado |



| | | | |
|--|---|---------------|---------------|
| | previstas pelo GOOS/Brasil. | | |
| 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área. | Delimitar a Plataforma Continental Brasileira. | Em andamento | Em andamento |
| 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida. | Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema. | Não informado | Não informado |
| | Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas nacionais ou internacionais indexadas, no período 2012-2015. | Não informado | Não informado |
| | Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015. | Não informado | Não informado |
| | Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015. | Não informado | Não informado |
| | Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%. | Não informado | Não informado |
| | Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%. | Não informado | Não informado |

No que diz respeito à execução das metas do programa 2046, em pauta, é importante esclarecer o seguinte:

- a) embora na análise situacional¹⁰ relativa ao objetivo 0558 conste informação dando conta de que “*atualmente cerca de 50 projetos estão sendo desenvolvidos nos dois programas*”, o relatório nada informa quanto aos projetos de pesquisa que foram incorporados no exercício de 2014, dificultando a estimativa do quantitativo de projetos que serão desenvolvidos até o final do quadriênio, conquanto se possa argumentar que o valor alcançado no triênio corresponde a 83% da meta final;
- b) em relação à meta de manter continuamente habitada, por três pessoas, a estação científica do arquipélago de São Pedro e São Paulo, embora o gestor descreva as diversas operações necessárias à execução do programa, bem assim informe as dificuldades envolvidas, não esclarece se a meta estipulada no PPA, de natureza contínua, vem sendo cumprida;
- c) em que pese, na análise situacional em relação ao objetivo 0560, o gestor discorrer sobre as ações desenvolvidas em prol do conhecimento e do uso sustentável dos recursos do mar, deixou de informar o nível de execução das metas fixadas no PPA;
- d) embora, na análise situacional concernente ao objetivo 0561, aborde o funcionamento do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima e as atividades afetas ao monitoramento oceanográfico e climatológico, não apresenta informação relativamente ao nível de execução das metas fixadas no PPA; e
- e) embora, na análise situacional relativa ao objetivo 0564, o gestor tenha apresentado informação sobre o Programa Antártico Brasileiro, bem assim relato no tocante à execução de atividades a ele relacionadas, deixou de informar o nível de execução das metas fixadas no PPA.

Em resumo, o relatório de gestão da SG não comparou os resultados alcançados em cada objetivo com as metas estabelecidas no Plano Plurianual, em desconformidade com o que prescreve o inciso *ii* da alínea *a* do subitem 5.2 do Anexo II à DN TCU nº 134/2013.

¹⁰ Relatório de Gestão, pág. 32.

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo

| Objetivo | Meta PPA | Execução 2014 | Execução 2012-2014 |
|--|---|---------------|--------------------|
| 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva. | Fabricar o fuzil brasileiro. | Não informado | Não informado |
| | Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (Sismicat). | Não informado | Não informado |

Em relação à execução das metas relativas ao objetivo 0196, conquanto o gestor tenha apresentado descrição¹¹ das atividades realizadas em torno do propósito de promover o desenvolvimento da indústria de defesa, não informou o estágio em que se encontra a meta de fabricar o fuzil brasileiro, nem o nível de modernização atingido pelo Sistema Militar de Catalogação (Sismicat), não obstante as ações destacadas no relatório de gestão apontarem para o cumprimento, no exercício de 2015 em curso, da meta de modernização do sistema.

Programa 2058 - Política Nacional de Defesa

| Objetivo | Meta PPA | Execução 2014 | Execução 2012-2014 |
|--|---|----------------------|----------------------|
| 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais. | Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015. | Não informado | Não informado |
| | Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro. | Não informado | Não informado |
| | Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro. | Não informado | Não informado |
| | Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos. | Não informado | Não informado |
| | Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016. | Não informado | Não informado |
| 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego. | Adestrar, anualmente, 28.000 militares. | 18.969 | Não informado |
| | Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio. | Não informado | Não informado |
| | Realizar 32 operações aéreas. | Não informado | Não informado |
| 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea. | Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos. | Não informado | Não informado |
| | Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X). | Não informado | Não informado |
| | Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial. | Não informado | Não informado |
| 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial. | Adquirir 45 aeronaves. | Informação imprecisa | Informação imprecisa |
| | Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015. | Não informado | Não informado |
| | Modernizar 20 aeronaves. | Informação imprecisa | Informação imprecisa |
| 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional. | Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semipermanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para 1.000m até 2015. | Informação imprecisa | Não informado |
| | Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira. | Não informado | Não informado |
| | Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia. | Não informado | Não informado |
| | Aumentar de 40% para 60% a adequação da | Não | Não |

¹¹ Relatório de Gestão, pág. 40.



| | | | |
|---|---|---------------|---------------|
| | 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto. | informado | informado |
| | Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica). | Não informado | Não informado |
| | Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia. | Não informado | Não informado |
| | Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira. | Não informado | Não informado |
| | Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga – SP. | Não informado | Não informado |
| | Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais. | Não informado | Não informado |
| | Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve. | Não informado | Não informado |
| 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional. | Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais. | Não informado | Não informado |
| | Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon". | Não informado | 4.913 |
| | Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte". | Não informado | Não informado |
| | Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão". | 12.802 | 37.636 |
| 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima. | Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB. | Em andamento | Em andamento |
| | Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1). | Não informado | Não informado |
| | Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t. | Em andamento | Em andamento |
| | Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3). | Não informado | Não informado |
| | Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2). | Em andamento | Em andamento |
| | Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1). | Em andamento | Em andamento |
| | Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015. | Não informado | Não informado |
| 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica. | Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira. | Não informado | Não informado |
| | Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares. | Não informado | Não informado |
| | Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas. | Não informado | Não informado |
| | Adequação de 40 aeródromos. | Não informado | Não informado |
| | Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes. | Não informado | Não informado |
| | Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA). | Não informado | Não informado |
| 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial. | Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética. | Não informado | Não informado |
| | Implantar o centro de defesa cibernética. | Em andamento | Em andamento |
| 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego. | Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha. | Não informado | Não informado |
| | Elevar o índice dos meios operativos da | Não | Não |

| | | | |
|---|---|---------------|---------------|
| | Marinha do Brasil na condição "Disponível" de 43% para 80%". | informado | informado |
| | Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015. | Não informado | Não informado |
| 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema. | Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas. | Não informado | Não informado |
| | Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos. | Não informado | Não informado |
| 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima. | Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio. | Não informado | Não informado |
| | Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval. | Não informado | Não informado |
| 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado. | Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB). | Não informado | Não informado |
| | Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER). | Não informado | Não informado |
| | Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea. | Não informado | Não informado |
| | Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados. | Não informado | Não informado |
| 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. | Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica. | Não informado | Não informado |
| | Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal. | Não informado | Não informado |
| | Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos. | Não informado | Não informado |
| | Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades). | Não informado | Não informado |
| | Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras. | Não informado | Não informado |
| | Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR). | Não informado | Não informado |
| | Editar e imprimir 610 cartas topográficas. | Não informado | Não informado |
| | Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal. | Não informado | Não informado |
| | Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal. | Não informado | Não informado |
| | Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência. | Não informado | Não informado |
| | Executar o imageamento de 160.000 Km ² em áreas de não floresta. | Não informado | Não informado |
| | Executar o imageamento de 571.046 Km ² em áreas de floresta. | Não informado | Não informado |
| | Implémentar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades). | Não informado | Não informado |
| | Monitorar 6 milhões de Km ² no Programa de Áreas Especiais (ProAE). | Não informado | Não informado |
| | Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal). | Não informado | Não informado |
| | Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS). | Não informado | Não informado |

| | | | |
|---|---|---------------|---------------|
| | Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR). | Não informado | Não informado |
| | Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT). | Não informado | Não informado |
| | Produzir 189 cartas geológicas. | Não informado | Não informado |
| | Produzir 82 cartas aerogeofísicas. | Não informado | Não informado |
| 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. | Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias. | Não informado | Não informado |
| | Attingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED). | Não informado | Não informado |
| | Attingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS). | Não informado | Não informado |
| | Attingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas. | Não informado | Não informado |
| | Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira. | Não informado | Não informado |
| | Realizar cinco exercícios de simulação de combate. | Não informado | Não informado |
| | Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas. | Não informado | Não informado |
| | Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras. | Não informado | Não informado |
| 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. | Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas. | Não informado | Não informado |
| | Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes. | Não informado | Não informado |
| | Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar. | Em andamento | Em andamento |
| | Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre. | Não informado | Não informado |
| | Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional. | Não informado | Não informado |
| | Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM. | Não informado | Não informado |
| 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional. | Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório. | Não informado | Não informado |
| | Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014. | Não informado | Não informado |
| | Implantar 24% do sistema nacional de mobilização. | Não informado | Não informado |
| | Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD). | Não informado | Não informado |
| | Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional. | Não informado | Não informado |
| | Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM). | Não informado | Não informado |
| | Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR) | Não informado | Não informado |
| | Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional. | Não informado | Não informado |
| Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das | Não informado | Não informado | |

| | Forças Armadas em casos de Desastres. | | |
|--|---|---------------|---------------|
| 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado. | Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE). | Não informado | Não informado |
| | Ampliar a capacidade de formação de Engenheiros militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais, Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 vagas para 20 vagas. | Não informado | Não informado |
| | Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército. | Não informado | Não informado |
| | Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. | Não informado | Não informado |
| | Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba - RJ (PCTEG). | Não informado | Não informado |
| | Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas. | Não informado | Não informado |
| 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil. | Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa. | Em execução | Em execução |
| | Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras. | 10 | 32 |
| 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira. | Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais. | Não informado | Não informado |
| | Construir 5 instalações militares. | Não informado | Não informado |
| | Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG. | Não informado | Não informado |
| | Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga – SP. | Não informado | Não informado |

Apesar de constar, na análise situacional¹² dos objetivos vinculados ao programa 2058, informação sobre as atividades desenvolvidas em prol de cada um deles, não contempla os resultados alcançados nem os compara com as metas fixadas no PPA 2012-2015, em desacordo com o preconizado no inciso *ii* da alínea *a* do subitem 5.2 do Anexo II à DN TCU nº 134/2013, impedindo, por conseguinte, a avaliação dos resultados do exercício, particularmente os acumulados no triênio e os prognósticos de cumprimento dessas metas ao término do Plano Plurianual.

No tocante ao cumprimento das metas fixadas no referido Plano Plurianual, cabe ainda acrescentar as seguintes informações:

a) Objetivo 0464 (adequação dos meios operacionais da Força Aérea): em que pese o gestor ter apresentado o quantitativo de aeronaves adquiridas — entre elas, os caças Gripen, helicópteros e um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) — bem assim o concernente a aeronaves modernizadas, alguns dos projetos citados, em curso no âmbito do Comando da Aeronáutica, tiveram início em exercícios não abrangidos no plano plurianual em vigor. É o caso, por exemplo, dos projetos destinados à aquisição de helicópteros do modelo AH-X, objeto de contrato, para fins de execução do projeto, celebrado no exercício de 2009, e do modelo H-XBR, que culminou com o recebimento de aeronaves desde 2011. Por esse motivo, não se sabe ao certo o nível de execução das metas relativas ao PPA em vigor;

¹² Relatório de Gestão, págs. 42 a 64.

b) Objetivo 0482 (adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército): conquanto o gestor informe, em relação à meta de ampliar a capacidade de construção de pontes modulares, a aquisição de “250 metros de pontes modulares”, deixou de apresentar esclarecimentos de modo a esclarecer se a aquisição, por si só, representa a “ampliação” da capacidade de construção dessas pontes. Ou seja, faltam dados que explicitem o nível de implementação da meta;

c) Objetivo 0519 (adequar os meios operacionais da Marinha): apesar de o gestor apresentar informação sobre a construção do estaleiro e da base naval do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), não esclarece o nível de implementação da meta. Em especial, com relação à construção dos navios-patrolha, o gestor informa que se encontra em andamento a confecção do “2º lote”, composto de 5 navios, a ser entregue entre 2015 e 2017. Assim, como nada informou em relação à realização do primeiro lote, ficamos impossibilitados de avaliar o comportamento da meta, em relação ao previsto no PPA 2012-2015. Em relação aos submarinos, o gestor somente fez referência à construção da primeira e da segunda nave (SBR1 e SBR-2), e, mesmo assim, nada informou sobre os índices de execução no tocante a cada uma delas; e

d) Objetivo 0521 (Desenvolver tecnologias da informação e comunicação do Exército visando à defesa cibernética): não obstante o gestor informar o prosseguimento das obras de construção do Centro de Defesa Cibernética, não traz informações sobre o nível de execução da meta.

Ainda, com relação à avaliação de resultados das metas fixadas no plano plurianual, cujos dados foram informados, o prognóstico, considerando os níveis de execução, aponta que as metas previstas não serão alcançadas, exceto com relação ao propósito de realizar 32 reuniões bilaterais do objetivo 0554, meta esta, atingida, no exercício de 2014.

No caso do Projeto Soldado Cidadão (objetivo 0502), se for mantido em 2015 o quantitativo de jovens qualificados em 2014, podemos aduzir que 90% da meta fixada naquele plano plurianual será alcançada.

De outro modo, cumpre registrar que, para engajar, até o final de 2015, o quantitativo de 9.500 jovens no Projeto Rondon (objetivo 0502), faz-se necessário incluir nas operações a mesma quantidade de rondonistas abrangida nos três anos já incorridos na vigência do PPA.

Quanto à meta vinculada ao objetivo 0462, em que pese não ser possível precisar quantos militares foram adestrados no triênio compreendido de 2012 a 2014, a quantidade alcançada no exercício em análise representa 67,7% da meta anual.

O gestor, reportando-se aos níveis de execução das metas consignadas nas tabelas postadas neste tópico, manifestou-se nos seguintes termos:

Quanto aos questionamentos sobre os resultados das metas dos Programas 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida, 2055 - Desenvolvimento Produtivo e 2058 - Política Nacional de Defesa esclarecemos que no Relatório de Gestão da Secretaria Geral foi apresentada análise situacional dos Objetivos, de caráter mais geral, não se aprofundando nos detalhes da execução das metas.

O procedimento baseou-se nas orientações dadas no item 5.2.2 da Portaria-TCU nº 90, que orienta a UJ representante de secretaria executiva de órgão responsável por Objetivos no PPA a realizar análise geral sobre o desenvolvimento dos objetivos afetos ao órgão como um todo, em estrutura livre.

Como a Secretaria Geral não responde diretamente por nenhum objetivo e/ou meta do PPA 2012-2015, o conteúdo solicitado foi consignado nos Relatórios de Gestão das UJ responsáveis diretamente pela execução de Objetivos e Metas dos Programas do PPA, também em linha como item 5.2.2.1 da Portaria-TCU nº 90, em que consta:

Neste subitem, o gestor deverá analisar os resultados relacionados aos objetivos fixados no PPA de responsabilidade da U.J. (grifo nosso)

Apesar de considerar que todos os itens foram atendidos no Relatório de Gestão estão em conformidade com a Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, registramos abaixo, resumidamente, a título de informação complementar, os principais resultados do Ministério da Defesa em 2014, compilados a partir do texto preparado para a Mensagem ao Congresso Nacional 2015, encaminhada pela Presidência da República por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Programa 2058 - Política Nacional de Defesa:

No tocante à Defesa Terrestre:

- a. A implantação do Projeto-Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul;
- b. No Projeto Guarani, que tem a finalidade de substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos, foram entregues 128 viaturas blindadas de transporte de pessoal modernizadas às organizações militares do Exército; iniciadas obras de infraestrutura e concluídos os desenvolvimentos de aço balístico nacional, e de munição 30 milímetros;
- c. No Projeto Astros 2020, inserido no PAC, e que tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, foram desenvolvidas tecnologias de produtos de defesa como as do Míssil Tático de Cruzeiro e do foguete guiado, além de obras do 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, que irão compor o complexo de organizações militares do Forte Santa Bárbara, em Formoso/GO;
- d. No Projeto Estratégico do Exército, Defesa Antiaérea (PEE DA Ae) foram capacitados militares em defesa antiaérea e adquiridos quatro radares e sete centros de comando e controle antiaéreos (de fabricação nacional), 75 conjuntos de equipamentos de comunicações para o sistema de artilharia antiaérea, 11 viaturas para organizações militares e adequadas as instalações de outras seis unidades para o recebimento de simuladores dos equipamentos adquiridos.

2. No que diz respeito à Defesa Aérea:

- a. Foi dado prosseguimento à execução dos Projetos F5-BR, A-1 (AM-X), E-99M e P-3BR, e C-95M, que contribuem para a recuperação da capacidade operacional da defesa aérea:
 - i. No Projeto F5-BR foram recolhidas duas aeronaves F-5E à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para execução dos serviços de modernização e padronização e retornaram quatro para o acervo da FAB já modernizadas;
 - ii. No Projeto P-3BR, a última aeronave do lote de 9 P-3 foi modernizada pela empresa EADS-Casa (European Aeronautic Defence and Space Company - Construcciones Aeronáuticas S.A.) e incorporada ao acervo da FAB;
 - iii. No Projeto C-95M, foram incorporadas à frota da FAB de mais 14 unidades modernizadas do tipo C-95M Bandeirante;
- b. Foi assinado o contrato com a Empresa Sueca *Svenska Aeroplan AktieBolaget* (Saab), que prevê a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2. O contrato inclui o treinamento de pilotos e mecânicos, o apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras;
- c. No tocante ao Projeto CL-X2, foi concluída a negociação e assinado o contrato para aquisição de três aeronaves C-295, na sua versão de busca e salvamento, denominada como SC-105 Amazonas, fabricada pela empresa EADS-Casa;
- d. Foi recebida uma aeronave remotamente pilotada mais conhecida por Veículo

Aéreo Não Tripulado (Vant), modelo Hermes 900, adquirido da empresa israelense AEL Systems, que será utilizada em missões de inteligência, proteção de fronteiras, infraestruturas e locais críticos, e apresentado o primeiro protótipo de aeronaves para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo (ProjetoKC-390);

e. No Campo Aeroespacial, a parceria do Brasil com a Agência Espacial Europeia (AEB), relacionada ao veículo Ariane, alcançou a expressiva marca de 199 veículos rastreados, o que confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do acordo de cooperação firmado com a AEB. Além disso, o CLBI alcançou a marca expressiva de lançamento de 31 foguetes em cinco dias;

f. Na área de ciência e tecnologia espacial, as pesquisas no desenvolvimento da tecnologia de propulsão líquida já proporcionaram o primeiro ensaio, passo importante em direção à consolidação do uso da tecnologia em foguetes.

g. No que diz respeito à modernização do sistema de controle do espaço aéreo e às atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos, avançou-se, por exemplo, com a instalação de canais meteorológicos em radares de área terminal; a elaboração de novos tipos de procedimentos de aproximação, subida e descida por instrumentos; e a implementação do conceito e de procedimentos de navegação baseada em performance, nas áreas terminais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

3. Na área da Defesa Naval:

a. No âmbito do Prosub, prosseguiram em ritmo acelerado as obras de construção da base do estaleiro naval. Nessa etapa foram concluídas as edificações e as estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas com a construção dos submarinos. Além disso, foram realizados 255 cursos de capacitação;

b. Foi dada ênfase no desenvolvimento contínuo no Corpo de Fuzileiros N Navais, prosseguindo o processo de aquisição de meios anfíbios e blindados, tais como os Canos Lagarta Anfíbios e as Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8X8 Piranha IIIC; aquisição de dois sistemas Radar Saber M-60 de Busca e Vigilância Aérea; modernização do Carro de Combate Leve Sobre Lagarta modelo SK-105/A2S; e aquisição de Viatura Oficina do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes;

c. No campo da segurança da navegação aquaviária, empreenderam-se eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Foi concluída a Operação Verão, iniciada em 2013, a qual promoveu a fiscalização de embarcações em todo o País. Nessa Operação foram emitidas 10.500 notificações e apreendidas 1.605 embarcações.

4. No tocante às Operações e Exercícios Conjuntos das Forças Armadas:

a. A Operação Ágata 8 foi realizada com atuação nos patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais e na instalação de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias, contando com 30 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica;

b. Foi realizada a Operação Sentinela, cujo foco foi ações de inteligência, e da Operação Fronteira Blindada, realizada com o objetivo de coibir crimes correlatos ao tráfico de drogas e ao contrabando em áreas de fronteira;

c. As Forças Armadas Brasileiras também participaram no Exercício Felino, desenvolvido no âmbito da cooperação técnico-militar com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja finalidade é permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o

treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais, e no Exercício Multinacional Panamax, criado com o objetivo de garantir a defesa do Canal do Panamá. Atuaram na Operação Panamax 2014 mais de 500 militares e civis de 16 nações parceiras.

5. No que diz respeito à proteção da Amazônia:

a. O Programa Calha Norte (PCN) realizou, dentre outros, a construção, reforma e manutenção de embarcações, para apoio às ações de fiscalização e segurança do tráfico aquaviário; a reforma e ampliação de organizações militares e de próprios nacionais residenciais dos comandos do 9º e 4º Distritos Navais; a criação do Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental; a continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva; a adequação e manutenção dos pelotões especiais de fronteira; a ampliação do setor fluvial do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva; a ampliação dos Aeródromos de Estirão do Equador/AM e de Yauaretê/AM; a manutenção da aeronave C-105 Amazonas.

Dentre os principais resultados do Ministério da Defesa, em 2014, no âmbito do Programa 2055- Desenvolvimento Produtivo destacam-se:

1. No âmbito da Modernização do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), O MD assinou contrato com a EMGEPRON para a aquisição e implantação de Solução Tecnológica, que atenda aos protocolos definidos pelos Acordos internacionais do Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Para tal, a EMGEPRON abriu processo de licitação internacional (edital nº 070/2014) com previsão de divulgação do resultado em 2015.

2. Quanto ao projeto de fabricação de Fuzil Brasileiro, foi entregue o lote piloto do fuzil 1A2, com a produção de 3.892 Fuzis 5,56 1A2. A produção do fuzil envolve cerca de 700 funcionários, entre empregos diretos e indiretos, além do importante e favorável impacto socioeconômico no município mineiro de Itajubá.

Dentre as realizações desenvolvidas no âmbito do Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida, em 2014, destacam-se:

1 - Início da construção de quatro navios de trinta metros (laboratórios flutuantes) destinados à prática de experiência embarcada, com previsão de entrega em agosto de 2016;

2. Realização de dois Treinamentos Pré-Arquipélago;

3. Manutenção e aprimoramento do monitoramento oceanográfico e do clima, visando conhecer, avaliar e monitorar as potencialidades do mar e consolidar um sistema de monitoramento e observação dos oceanos e estudos do clima, composto de redes de observação;

4. Manutenção das quatro redes de coleta de dados do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (000S-Brasil), e lançamento de bóias de deriva no Atlântico Sul;

5. Aprovação do Plano de Trabalho encaminhado à ISBA para prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação de Rio Grande;

6. Término da campanha de verão da OPERANTAR XXXII, iniciada em outubro de 2013, e encerrada em abril de 2014, onde foram apoiados mais de vinte e quatro projetos científicos envolvendo cerca de 300 pesquisadores;

7. Lançamento da nova licitação para a reconstrução da Estação Antártica Comte Ferraz (EACF), onde três empresas apresentaram a documentação de habilitação;

8. Conclusão do relatório da proposta parcial revisada da região Sul do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) em 29/OUT/2014, para posterior encaminhamento à ONU.

9. Realizado o Estudo de Geotécnica do solo da área da EACF;

10. Realizada a primeira fase do Plano de Remediação do solo contaminado por hidrocarbonetos na área da EACF.

Sobre os níveis de execução das metas vinculadas aos objetivos dos programas 2055 e 2058, embora a Secretaria-Geral tenha informado as principais realizações ocorridas em função dos respectivos objetivos, não apresentou os dados que quantifiquem o grau de atingimento das metas, o que sugere falta de acompanhamento dos projetos, muito embora detenha a responsabilidade de coordenar as atividades estratégicas do Ministério da Defesa, junto às demais instâncias que compõem a Pasta, e, por conseguinte, sobre a aplicação dos recursos atrelados aos programas temáticos e os resultados alcançados, notadamente aqueles abrangidos no plano plurianual.

Quanto à afirmativa de que a Secretaria-Geral não é diretamente responsável por nenhum objetivo ou meta prevista no plano plurianual, sobre a qual não resta dúvida, temos a lembrar de que o órgão responsável pelos objetivos e metas de que se trata, conforme consta no PPA-2012-2015, é o Ministério da Defesa, cabendo, portanto, à Secretaria-Geral desenvolver o papel de coordenação na busca do cumprimento das metas em causa.

2.3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES INSTITUÍDOS PELA UNIDADE PARA AFERIR O DESEMPENHO DA GESTÃO

Neste tópico, em obediência ao disposto no item 3 do Anexo IV à Decisão Normativa TCU nº 140/2014, avaliamos os indicadores instituídos pela unidade para aferir o desempenho de sua gestão.

Preliminarmente, cumpre registrar que, em razão da ausência de dados no relatório de gestão, acerca do assunto, solicitamos à administração Secretaria-Geral informar a situação atual dos indicadores de desempenho da unidade, bem assim o cronograma de implementação, a qual apresentou esclarecimentos nos seguintes termos:

Em 2014 foi produzida a minuta do Catálogo de Indicadores de Macroprocessos do Ministério da Defesa, estruturado com base na Cadeia de Valor do órgão, os quais não foram validados pela Alta Administração do MD em 2014, conforme consta no Relatório de Gestão no item 1.3, páginas 14 e 15. Para a efetiva implantação do referido catálogo, tendo em vista as mudanças ocorridas na Alta Administração do MD, emerge como fundamental um amplo processo em busca de consenso, simplificação e institucionalização interna da Cadeia de Valor, cujo cronograma planejado para a aprovação e publicação encontra-se prevista para ocorrer ainda em 2015. Tão logo esta seja aprovada, o Ministério da Defesa terá condições de validar e gerenciar a implementação do conteúdo do seu Catálogo de Indicadores.

Embora o gestor, na manifestação consignada no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 66/2014, tenha informado que a implantação dos indicadores de desempenho institucional, contemplados no Projeto 7.1 do PTA-2014 da SG, estaria concluída no segundo semestre de 2014, de modo a viabilizar a efetiva implantação no exercício de 2015, o cronograma não foi cumprido.

Nos últimos esclarecimentos apresentados, antes transcritos, a administração da unidade informa que o Catálogo de Indicadores de Macroprocessos do Ministério da Defesa tem sua “*aprovação e publicação*” prevista para o exercício de 2015 em curso, sem, entretanto, estabelecer data provável de implantação.

Ressalte-se que, além de se constituir em meio eficaz para aferição dos resultados alcançados pelos administradores e de permitir a detecção de falhas no alcance das metas, os indicadores consistem em elementos essenciais para os controles internos, conforme os define a Instrução Normativa TCU nº 63/2010. Além disso, como ensina o Tribunal de Contas da

União¹³, a utilização de indicadores de desempenho pela instituição consiste em ferramenta que:

- i) possibilita a avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da instituição, por meio da avaliação de seus principais programas e/ou departamentos;
- ii) permite o acompanhamento e a avaliação do desempenho ao longo do tempo e ainda a comparação entre desempenho anterior x desempenho corrente; desempenho corrente x padrão de comparação; desempenho planejado x desempenho real;
- iii) possibilita focar as áreas relevantes do desempenho e expressá-las de forma clara, induzindo um processo de transformações estruturais e funcionais que permite eliminar inconsistências entre a missão da instituição, sua estrutura e seus objetivos prioritários;
- iv) ajuda quanto ao desempenho do processo de desenvolvimento organizacional e de formulação de políticas de médio e longo prazos;
- v) melhora o processo de coordenação organizacional, a partir da discussão fundamentada dos resultados e o estabelecimento de compromissos entre os diversos setores da instituição; e
- vi) possibilita a incorporação de sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho, tanto institucionais como individuais.

Diga-se que, sistematicamente, o Tribunal de Contas da União vem ressaltando a importância da construção de indicadores como mecanismo imprescindível à governança das instituições públicas. É o que se constata, por exemplo, nos ensinamentos transmitidos nos Acórdãos nº 2267/2005 – Plenário, nº 3023/2013 – Plenário e nº 3795/2014 - 1ª Câmara.

Não se pode perder de vista o fato de que a Colenda Corte de Contas tem julgado com ressalva as contas apresentadas sem os referidos indicadores de desempenho, conforme se depreende dos Acórdãos nº 5444/2010, nº 4239/2014 e nº 327/2015, todos proferidos pela Segunda Câmara.

2.4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE

Em conformidade com a publicação técnica intitulada “*Crerios Gerais de Controle Interno na Administrao Pblica*”, editada pelo TCU no exercrcio de 2009, “*Controle, genericamente falando, e uma ao tomada com o prop6sito de certificar-se de que algo se cumpra de acordo com o que foi planejado. Objetivo e o que se deseja alcanar tal como definido no planejamento. Risco e qualquer evento que possa impedir ou dificultar o alcance de um objetivo. Controle, portanto, s6 tem significado e relevncia quando e concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido e s6 faz sentido se houver riscos de que esse objetivo n6 venha a ser alcanado*”.

A par das informaes e da documentao apresentada pelo gestor, assim como das observaes realizadas por ocasio da visita tcnica a Secretaria-Geral, conclui-se que a auto avaliao promovida pelo gestor, consignada no quadro A.2.4, subitem 2.4 do relat6rio de gesto reflete o esforo da unidade na organizao de seus controles internos administrativos.

¹³ Tcnicas de Auditoria — Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos. Tribunal de Contas da Uniao, 2000.

3 DA CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, e considerando que não foram evidenciados fatos que comprometessem as ações relativas à coordenação das unidades sob sua subordinação, com vistas à regular aplicação dos recursos públicos que lhes são disponibilizados, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas dos dirigentes da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, nos respectivos períodos de gestão.

Finalizando, e diante das conclusões obtidas, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente certificado de auditoria.

Brasília, 21 de setembro de 2015.


ANTENOR FRAGA FERNANDES FILHO
Analista de Finanças e Controle


FÁBIO DOS SANTOS SOARES
Supervisor



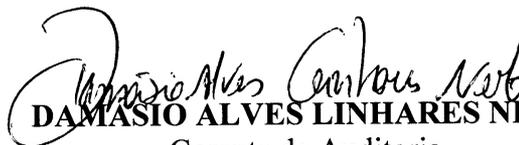
MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
GERÊNCIA DE AUDITORIA

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Tipo de Auditoria: Avaliação de Gestão
Exercício: 2014
Unidade Auditada: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG-MD)
Código da UG: 110662
Cidade: Brasília-DF

1. Foram examinados os atos de gestão praticados no período compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 071/Geaud/Ciset-MD, desta data, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício mencionado, sobre a gestão da unidade auditada.
3. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do rol de responsáveis seja pela **REGULARIDADE** da gestão.

Brasília, 21 de setembro de 2015.


DAMÁSIO ALVES LINHARES NETO
Gerente de Auditoria



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

Tipo de Auditoria: Avaliação de Gestão
Exercício: 2014
Unidade Auditada: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG-MD)
Código da UG: 110662
Cidade: Brasília-DF

1. Em conclusão aos encaminhamentos, sob a responsabilidade da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, quanto à prestação de contas do exercício de 2014 da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG-MD), expresse opinião sobre o desempenho e a conformidade da gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais relatos da auditoria.

2. Com relação ao planejamento de longo prazo, os documentos analisados pela auditoria demonstram que a unidade vem envidando esforços no intuito de dotar o Ministério da Defesa de plano que norteie suas ações para o alcance de metas estratégicas.

3. Nos exames de auditoria verificou-se, também, que a Secretaria-Geral vem buscando desempenhar as atividades que lhes são afetas no tocante à coordenação das unidades sob sua subordinação, com vistas ao cumprimento das atribuições conferidas à Pasta Ministerial.

4. Em que pese a insuficiência de informação no relatório de gestão, nos exames promovidos pela auditoria, constatou-se que os projetos descritos no Plano de Trabalho da unidade encontram-se detalhados na ferramenta denominada MS Project, na qualidade de planejamento individual, a qual contempla os elementos técnicos caracterizadores de plano operacional.

5. A denominada ferramenta MS Project, consoante verificado “*in loco*”, vem sendo utilizada como instrumento de acompanhamento do Plano de Trabalho Anual (PTA) da unidade, estando nela registrados o plano de cada um dos projetos e os dados decorrentes de seu monitoramento, o que permite a avaliação da gestão por parte da unidade auditada.

6. No que diz respeito aos níveis de execução das metas vinculadas aos objetivos dos programas 2055 e 2058, embora o gestor tenha informado as principais realizações ocorridas no exercício, em função de cada objetivo, não apresentou os dados que quantifiquem o grau de atingimento das metas, o que sugere falta de acompanhamento dos projetos, muito embora a Secretaria-Geral não se constitua em unidade executora dos recursos disponibilizados na lei orçamentária anual, por força das atribuições regimentais, detém responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos e das metas constantes do PPA-2012-2015, afetas ao Ministério da Defesa.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei nº 8.443/1992, c/c o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/1986 e inciso VI, art. 13 da

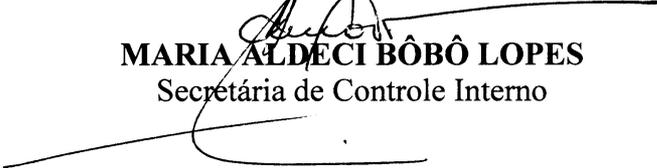
IN/TCU/nº 63/2010, e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a opinião expressa no Certificado de Auditoria pela **REGULARIDADE** das contas dos dirigentes da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG-MD), nos períodos indicados no competente rol de responsáveis.

8. De todo o exposto, e para os fins previstos no art. 52, da Lei nº 8.443/1992, submeto a competente prestação de contas à apreciação do Ministro de Estado da Defesa, buscando o recebimento do Pronunciamento Ministerial, de modo a permitir a remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 21 de setembro de 2015.



MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno





**MINISTÉRIO DA DEFESA
GABINETE DO MINISTRO**

PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL

Tipo de Auditoria: Avaliação de Gestão
Exercício: 2014
Unidade Auditada: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG-MD)
Código da UG: 110662
Cidade: Brasília-DF

1. Em conformidade com o disposto no artigo 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, atesto haver tomado conhecimento da prestação de contas anual, exercício de 2014, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, bem como das conclusões contidas nos pareceres emitidos pela Secretaria de Controle Interno deste Ministério, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE** da gestão dos dirigentes da unidade, nos respectivos períodos de gestão.
2. Encaminhem-se as peças complementares da prestação de contas da unidade em referência ao Tribunal de Contas da União, para o julgamento previsto no artigo 71, inciso II, da Constituição Federal.

Brasília, 29 de setembro de 2015.


JAQUES WAGNER
Ministro de Estado da Defesa

